

Servidores buscam direito para anistiados, aposentadoria integral e fim da contribuição de inativos

Senhor (a) Parlamentar,

Por entender que cabe a esta Casa Legislativa representar os interesses da sociedade brasileira, a Condsef solicita sua atenção a importantes **projetos que tramitam no Congresso e devem ser votados e aprovados o quanto antes** para correção de injustiças.

Representando cerca de 800 mil servidores federais, ouvimos demandas e apelos de trabalhadores do setor público em todo o Brasil. Ao longo dos anos, muitos ataques foram direcionados a essa categoria, provocando problemas que ainda hoje afetam de forma negativa milhares de famílias. É o caso dos servidores demitidos injustamente pelo Governo Collor. Ainda que mais recentemente muitos tenham conseguido reverter o quadro e venham sendo reintegrados ao serviço público, outros tantos seguem nessa luta.

Nessa direção, o projeto de lei **(PL) 5030/09**, do senador Lobão Filho, autoriza o Executivo a **reabrir prazo para a apresentação de requerimentos de retorno ao serviço público**. O projeto reabre prazo por mais um ano após sua sanção e é **fundamental para devolver a dignidade, respeito e o direito de mais de 30 mil servidores demitidos injustamente**. O PL tramita em caráter conclusivo e a Condsef espera que deputados e senadores façam valer o direito desses servidores e suas famílias.

Está também no Congresso uma proposta de emenda constitucional, a **PEC 270/08**, de autoria da deputada

Andreia Zito (PSDB-RJ). Esta PEC **resgata a integralidade das aposentadorias por invalidez permanente** quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei. Com ela será resgatada também a dignidade dos servidores que tiveram proventos reduzidos em até 70% num período em que estão tratando da saúde. Muitos parlamentares já manifestaram apoio para corrigir a injustiça. A Condsef conta com seu voto no Congresso para

aumentar as chances de aprovação da proposta.

O governo não pode colocar trabalhadores (as) e suas famílias em situação humilhante no momento em que mais precisam. Por não concordar com a continuidade desta política "genocida", a Condsef pede seu voto também pela

aprovação da PEC 270/08.

Defendemos ainda a aprovação imediata da **PEC 555/06**, do ex-deputado Carlos Mota, que revoga o artigo 4º da Emenda Constitucional 41. A PEC prevê eliminação da cobrança de contribuição dos aposentados e pensionistas do serviço público. Além de determinar a retroação dos efeitos da revogação a 1º de janeiro de 2004.

Estas são pautas fundamentais aos servidores. Esperamos que ataques promovidos à categoria no passado possam ser sanados e corrigidos de forma urgente por este Congresso Nacional.

**DEPUTADO (A) E SENADOR (A),
GARANTA JUSTIÇA AOS
TRABALHADORES QUE CONTAM
COM SEU VOTO**



CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL